

A ordem é evitar o naufrágio do Titanic

O Brasil tem massa crítica para mudar as regras do jogo do sistema financeiro internacional. E não propriamente pela dimensão absoluta de sua dívida externa de três dígitos, mas pela sua condição de melhor risco econômico do mundo — até por exclusão. Mas o Brasil só vai fazer uso dessa massa crítica no dia em que assumir a inexorabilidade da moratória total ou parcial — negociada ou unilateral. Então, nesse dia, os bancos do mundo cuidarão de alterar o curso do "Titanic" (o sistema bancário mundial) em rota de colisão, desde 1982, com o "iceberg" (a inadimplência terceiromundista).

Tese central do meu livro "Os Juros Subversivos" (Rio de Janeiro, já na 11 edição, sem retoque). O texto final é de maio de 1985 e aponta o segundo semestre de 1988 como o momento do choque telúrico, com o afundamento do navio sem juízo. Claro, se o barco de luxo não mudar de curso "por volta de 1987". Quem vem tentando mudar de curso, monitorado pelo FMI, é o "iceberg". Até agora, não conseguiu.

Maior devedor e melhor pagador, o Brasil já desistiu.

A primeira alteração no curso do "Titanic" foi exatamente a aceitação tácita, ainda que mal humorada, pela comunidade financeira, do desacordo Brasil-FMI. Sem aviso prévio, o Brasil cortou os cabos do monitoramento externo. No momento, pensa em fazer as pazes com o FMI auditor, mas não admite reatar com o FMI monitor.

O primeiro simplesmente confere as nossas contas — o que não deixa de ser uma tarefa façanhuda em um Brasil que não sabe qual é a taxa real da inflação, não sabe qual é o calibre verdadeiro do "déficit", não sabe quantos são os funcionários públicos, não sabe calcular o valor dos subsídios explícitos (sem contar os ocultos), não sabe qual é o montante das reservas externas, não sabe qual é a moeda nacional de fato, não sabe qual é o verdadeiro saldo da balança comercial...

O FMI dois, o monitor, ficou sem visto no passaporte. Ele não mais se intromete na armação dos planos e na execução interna da política cambial, da política monetária, da política fiscal, da política salarial. Sabemos errar sozinho.

A segunda alteração no curso do "Titanic" está no reconhecimento público, pelo próprio FMI, de que os países endividados têm direito ao crescimento, antes do pagamento. Uma guinada pirotécnica na doutrina econômica do FMI: a recessão dita corrosiva; em país ainda não construído e com forte dependência cambial, não corrige coisa alguma. Bem ao contrário, realimenta a inflação e irreviabiliza, fisicamente, o serviço não amaciado da dívida. De quebra, o estado de "estagnação", contratado pelo programa de ajuste, monitorado de fora para dentro, coloca a prêmio a cabeça enfarinada da Democracia capitalista.

Elementar. País em construção, economia de investimento e não de reposição, não pode dispensar o concurso suplementar da poupança externa. Desde 1982, o capital que sai tem sido sete vezes maior que o capital que entra. Agora, o próprio diretor-geral do FMI, Mr. Camdessus, repete Tancredo Neves: fome não paga dívida. O crescimento é o fator condicionante. O pagamento, o fator condicionado.

Sem hegemonia

Terceira mudança de curso do "Titanic": a ditadura da rotina bancária abre espaço para a negociação política. O Plano Baker é um primeiro esboço. E por fora da raia, o Japão inaugura a "diplomacia do Iene" nas barbas da hegemonia do dólar.

De um lado, o anúncio de uma carteira de US\$ 30 bilhões, fora da "praxis" financeira, para ajuda aos endividados da América Latina, quintal dos Estados Unidos. Do outro, anuncia, esta semana, a redução dos impostos de importação e a injeção de créditos de US\$ 42 bilhões para o consumo interno de bens importados. Notícia festejada, ontem, em todas as capitais européias.

Direito de conquista, o super-iene passa a investigar no prestígio político do Japão nas áreas de influência do dólar. Isso pode rachar a liderança americana no comando, no mando e no desmando das finanças internacionais. Um fato realmente novo.

Sem ortodoxia

Quarta mudança do curso do "Titanic" estremece os bancos a busca quase fre-

nética, pelos banqueiros sobressaltados, de soluções não ortodoxas para os riscos da "debt crisis", dramatizados pelo Brasil.

Liderados pelo Citicorp, maior "exposure" do Terceiro Mundo, os bancos privados cuidam de acalmar acionistas e correntistas, elevando suas reservas de segurança. E acariciam a idéia de pressionar o congresso americano para uma penada legislativa: a permissão do refinanciamento dos juros atrasados, até aqui lançados na coluna dos prejuízos consumados.

Atravimento ainda maior: o mesmo Citicorp acaba de admitir a conversão da dívida em capital. John Reed rasga o melindro no Wall Street Journal: o negócio é trocar a posição de credor de um quase calote brasileiro pela condição de sócio do bom risco econômico chamado Brasil...

Sem xenofobia

Essa nova postura dos bancos pode ter um efeito catequético retumbante: a substituição do modelo de desenvolvimento baseado no endividamento externo (e interno) pelo modelo de crescimento lastreado na capitalização externa (e interna). Na dívida, o compromisso é contratualmente rígido no prazo e imprevisível no custo. E o pior: o pagamento dos juros e até do principal não depende do sucesso do projeto financiado. Aliás, nem de sua conclusão e operação — do que nos dá exemplo trágico a ferrovia do aço ou o programa nuclear.

No capital, sócio no lugar de credor, o país receptor da poupança alheia só remete dividendos depois de acionada a operação do projeto capitalizado — se o dito cujo der lucro e se o lucro não for reaplicado. Não é um exigível com data marcada. Qualquer interrupção forçada da remessa de lucros, numa crise cambial, não caracteriza falência nem calote. E mais: na dívida, a tecnologia transferida é paga por fora. No capital, vem dentro do risco, quando investimento direto da multinacional.

Fechando a roda, o exercício de soberania. Na dívida, quem faz a taxa e fixa o prazo é o banco estrangeiro. No capital, quem dita a regra e apita o jogo é o governo brasileiro.